



# Leite X Eduardo

## A devastação da política antiEstado

Página 3

Perdas salariais  
voltam a bater 60%

Página 7

IPE Saúde: ato retoma  
mobilização unificada

Página 15

RS regulamenta conversão  
do tempo especial

Página 22

EDITORIAL

Foto: Carlos Macedo



**Antonio Augusto Medeiros**  
*Diretor-presidente do Sintergs*

## Um novo espírito caudilho

O governo de Eduardo Leite recém iniciou e a sensação é de um déjà-vu de quatro anos atrás. O debate econômico sobre a questão do equilíbrio fiscal no Rio Grande do Sul é mais uma vez a tática política do governador. Como parte de uma ideologia, apresenta a mesma ladainha sem fim que estrangula os investimentos e sempre projeta cenários catastróficos para justificar a diminuição do Estado e a destruição dos serviços públicos, com o consequente aumento das desigualdades sociais.

Eduardo Leite parte de um dogma econômico para empurrar a sua política sem discussão. O pessimismo é tão gritante, que cabe perguntar: o governo realmente acredita na viabilidade de suas medidas?

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, que já estimava a diminuição da majoração do ICMS

dos combustíveis e da energia elétrica, previa um déficit de R\$ 3,2 bilhões, o que no final de 2022 se confirmou num superávit de R\$ 3,34 bilhões. Imprecisão, covardia ou estratégia política? Agora, na LOA para 2023, já considera as perdas de receitas com a redução das alíquotas de ICMS dos combustíveis e da energia elétrica, e apresenta déficit. No entanto, não considera a compensação desses valores pelo governo federal, e a retomada dos valores anteriormente cobrados de ICMS sobre tarifas de energia. Logo, o déficit de R\$ 3,8 bilhões para esse ano pode se transformar em um novo superávit.

A política de Leite é cada dia mais clara: construir narrativas para arrochar os servidores, precarizar os serviços do Estado e continuar destinando grande parte do orçamento público por meio de isenções fiscais para alguns grupos. Mas, por trás dessa falta de mira e dessa ideologia esconde uma total descrença na

possibilidade de crescimento do Estado ou a falta de um projeto econômico para o RS.

Até quando o povo gaúcho vai aceitar arcar com o ônus desta política estagnadora, sem rumo e que não considera o papel do Estado no desenvolvimento da economia? É necessário um novo espírito caudilho. Precisamos voltar a ter políticas econômicas claras e altivas, que enfrentem os desafios e coloquem o RS, novamente, na perspectiva de crescimento focado na diminuição das desigualdades sociais. Que enfrente temas como a reforma tributária e que promovam a reindustrialização do Estado.

O Rio Grande do Sul não precisa desta política pedante, de cabeça baixa e "pires na mão". E agora, Eduardo?! Com a mesma política de sempre, exacerbada pela preocupação de construir uma imagem para se apresentar como opção para o governo federal, fica difícil. ■

POLÍTICA

# Haverá mudança para o servidor?

**Após quatro anos de governo Leite, o governador se apresenta agora como Eduardo, como se fossem duas figuras distintas.**



Foto: Grégori Bertó

Chefe do Executivo em evento do Programa de Ambientação para Servidores, no início de abril

Será que os trabalhadores do serviço público estadual podem esperar uma postura diferente em relação ao funcionalismo? Ou a mudança foi apenas uma jogada de marketing do político que aspira à presidência da República?

Essas são algumas das perguntas que os servidores públicos estaduais vêm fazendo desde a eleição. Nesta reportagem, são apresentadas análises políticas e projeções para a gestão atual, além de avaliação do cenário econômico do Estado com argumentos que confirmam haver margem para conceder aumento para o funcionalismo.

O professor de Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Aragon Érico Dasso Júnior explica o que contribuiu para a eleição da atual gestão. “Eduardo Leite foi rejeitado no primeiro turno”, diz o especialista, lembrando que a forma de governar do então candidato teve

reprovação de mais de 73% da população, que votou em outras propostas. “Entretanto, por um fenômeno eleitoral, Leite foi para o segundo turno. E quem o elegeu foi o cenário eleitoral federal”, faz a ressalva, referindo-se ao “voto do mal menor”.

Apesar de ter sido eleito com o apoio crítico dos servidores públicos, que se colocaram ao lado da democracia, Leite deve repetir a receita dos primeiros quatro anos de mandato. “Não há nenhum sinal que aponte para uma mudança”, diz Aragon. Segundo o especialista, as reformas e as privatizações constituem a identidade da gestão PSDB. Tudo indica que o político dará continuidade à sua forma de governar, concluindo a agenda reformista e de privatizações iniciada pelo governo Antônio Britto (antigo PMDB), de 1995 a 1999, e que Yeda Crusius (PSDB) e José Ivo Sartori (MDB) tentaram resgatar.

## POLÍTICA

# Reforma gerencial está na agenda da velha política

As primeiras ações de Eduardo Leite, já na transição, apontaram para a continuidade desta agenda, observa o professor de Administração Pública da Ufrgs Aragon Érico Dasso Júnior. No que diz respeito à força de trabalho do Estado, o governador se limitou a aumentar os salários dos cargos de confiança e dos secretários (*leia mais na página 9*), com o argumento de atrair pessoas qualificadas. “Com isso, ele quis dizer: não vou trabalhar com servidores”, interpreta o especialista, ressaltando que é este tipo de política que irá nortear os próximos quatro anos.

O professor da Ufrgs explica que, na administração pública, esta prática tem nome. Chama-se reforma gerencial, pois abrange somente a alta cúpula da administração.

Este projeto reformista tem duas vértices. A primeira delas é priorizar o foco nas despesas –



FOTO: Arquivo pessoal

Para Aragon Érico Dasso Júnior, professor da Ufrgs, não há sinalização de mudança

não tem pauta para reforma política e tributária e para o aumento da receita. “A forma de financiar o Estado é a mesma: cortar a despesa e vender patrimônio público”, descreve Aragon. Na área social, acrescenta, a fórmula é a transferência de serviços públicos na educação e saúde, por exemplo, para a iniciativa privada. A segunda vértice é que o governo prioriza a tecnocracia em detrimento da democracia.

“Não existe nenhuma esfera de participação no governo Leite. O máximo que o governo faz é informar a sociedade a respeito das decisões. Não há nenhum mecanismo de participação popular ou cidadão. Ele não quer submeter decisões ao juízo da população”, descreve Aragon. A análise corrobora o fato de o político não ter recebido a diretoria do Sintergs nenhuma vez no mandato anterior e no atual.

## Perspectiva é de aumento pontual e eleitoreiro

Neste cenário trágico, o especialista projeta que somente algumas carreiras muito específicas, que são de interesse do governador, terão melhorias. “Para a massa dos servidores, é a mesma receita, como o governo Fernando Henri-

que Cardoso (FHC), que não deu aumento por oito anos”, compara.

Entre as possibilidades, Aragon também lista algum aumento pontual e eleitoreiro na tentativa de angariar apoio do funcionalismo nas próximas eleições – a exemplo

dos 6% em 2022. “O funcionalismo tem que ter uma postura de combate muito dura. Infelizmente, o cenário é de tragédia e de vigilância constante”, indica o professor da UFRGS, que já foi servidor municipal e estadual.

## ECONOMIA

# Leite segue apostando no pessimismo exacerbado

A economista Anelise Manganelli, do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), avalia que o atual governo é bastante pessimista em suas previsões. Ela explica que o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2023 já considera as perdas de receitas da Lei Complementar 194/2022 e, por isso, apresenta déficit. A Lei 194 impõe um limite de cobrança do ICMS nos serviços essenciais e, consequentemente, reduziu as alíquotas de combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo.

“O déficit orçado de R\$ 3,8 bilhões para este ano pode transformar-se em novo superávit”, projeta a economista,

referindo-se à compensação das perdas de arrecadação anunciada pelo governo federal em março. “É dinheiro livre para qualquer finalidade, incluindo reajuste para os servidores”, acrescenta Anelise. Este é apenas um dos argumentos apresentados pela economista para mostrar que o governo teria margem para investimento no serviço público e para conceder reajuste para o funcionalismo, o que falta é vontade política.

A LOA para 2022, que previa o fim da majoração do ICMS, estimava déficit orçamentário de R\$ 3,2 bilhões. “Os resultados consolidados revelaram superávit de R\$ 3,34 bilhões”, ressalta Anelise. Em 2021 ocorreu o mesmo: o governo estimou que o Estado fecharia o ano com déficit



Foto: Irineu Fontela

“Do ponto de vista da arrecadação, Leite deveria estar mais otimista”, afirma Anelise Manganelli, economista do Dieese

de R\$ 8 bilhões, mas o balanço consolidado apontou superávit de R\$ 2,5 bilhões – uma diferença de R\$ 10,5 bilhões entre o orçado e o realizado.

## Empresários projetam crescimento para 2023

Apesar de não ser possível alimentar a expectativa de que Leite irá mudar sua política de austeridade e de Estado mínimo, é possível tirar a venda dos olhos e enxergar a real situação que existe por trás deste discurso pessimista. Para isso, basta olhar para a perspectiva dos empresários gaúchos, aponta a economista Anelise Manganelli, do Dieese.

Após análise das projeções da Federação das Indústrias do Estado do RS (Fiergs), da Federação de Entidades Empresariais do RS (Federasul), da Federação da Agricultura do Estado do RS (Farsul) e da Federação do Comércio de Bens e de

Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) para 2023, especialistas do Dieese constataram que os empresários estimam crescimento de 4,8% a 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do RS.

“Do ponto de vista da arrecadação, Leite deveria estar mais otimista”, afirma a economista a partir dos dados compilados pelo Dieese considerando o passado e as perspectivas. Daí vem a expressão ‘pessimismo exacerbado’, utilizada para definir as previsões catastróficas feitas pelo governo Eduardo Leite para a economia do Estado.

## ECONOMIA

# Recorde nas exportações indica expectativa positiva

Muito se fala dos prejuízos da estiagem para o Estado, porém pouco se comenta sobre as exportações recordes do agronegócio gaúcho, que em 2022 atingiram o maior valor da série histórica. Conforme anunciado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) em feve-

reiro deste ano, mesmo com o impacto da seca, as vendas somaram 16 bilhões de dólares, alta de 4,4% em relação ao ano anterior. Os produtos comercializados pelo setor agropecuário em 2022 representaram 71,5% do volume exportado pelo Rio Grande do Sul.

Além do desempenho satisfat

tório e recorde do agronegócio, pontua Anelise, o Estado também recebeu benefício federal de R\$ 430 milhões para pagar o auxílio aos produtores afetados pela estiagem, entre outras medidas de desenvolvimento social e para a defesa civil. Ou seja, este recurso não saiu do cofre do Estado.

## Estado gasta menos do que arrecada

Em 2022, o resultado primário, que indica se os níveis de gastos orçamentários do Estado são compatíveis com a arrecadação, apresentou superávit de R\$ 1,3 bilhão. “Este é um indicador para avaliar a sustentabilidade das finanças públicas e a capacidade do governo em honrar com os compromissos financeiros. Ou seja, o Rio Grande do Sul gasta menos do que arrecada, e não o contrário”, explica a economista Anelise Manganeli, do Dieese.

Outro fator está relacionado à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que prevê um limite de 49% para despesa com pessoal nos estados e justificaria uma restrição de ordem legal para a concessão de aumentos salariais. O Rio Grande do Sul fechou

2022 comprometendo 47,8% da sua receita com despesa de pessoal. “O espaço fiscal existente entre tais percentuais corresponde a pelo menos R\$ 567 milhões”, avalia a economista sobre o teto imposto pela LRF.

Anelise ressalta que o limite de 2022 teve significativa influência da queda da arrecadação no segundo semestre (que deve ser compensada pela União já em 2023) e de aspectos metodológicos impostos pela Secretaria do Tesouro Nacional em função da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Para ilustrar, em 2021 o percentual de comprometimento foi de 41,37%. “Até meados de 2022, o percentual não ultrapassou 46%”, recorda.

### Fatores que viabilizam o aumento para os servidores

- Compensação estimada de R\$ 3 bilhões do governo federal (perdas ICMS);
- Projeção de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023;
- Crescimento das exportações do Estado em 2022;
- Superávit primário de R\$ 1,3 bilhão em 2022;
- Margem de R\$ 567 milhões na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

**SALÁRIOS**

# Perdas dos servidores voltam a bater 60%

A reposição de 6% nos salários dos servidores públicos estaduais em 2022 perdeu seu efeito em apenas um ano. Isso porque a inflação do IPCA-IBGE acumulada desde o reajuste chega a 8,63% (jan/2022 a abr/2023 segundo estimativa do Banco Central), engolindo o índice concedido. Agora, a remuneração dos trabalhadores do Executivo volta a amargar um encolhimento próximo a 60% em oito anos e, pior, sem perspectiva de melhora.

As perdas, porém, podem ser muito mais significativas do que o índice oficial. A cesta básica, por exemplo, mais do que dobrou entre novembro de 2014 e março deste ano, com uma alta de 114,3%, segundo o Dieese. Se considerarmos apenas os quatro anos e três meses do governo Leite, os preços dos itens que compõem a cesta ficaram 66,3% mais caros, chegando a R\$ 734,28 em março de 2023. Mas o campeão em aumento foi o gás de cozinha, que hoje custa R\$ 112,15, com variação de 130,4% entre 2014 e 2023 e de 51,8% de janeiro de 2019 a março de 2023.

Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs, afirma que a situação está insustentável.

“Os servidores não aguentam mais serem estrangulados e serem usados para sustentar uma narrativa falaciosa de superávit de economia das finanças”, destaca. No último concurso, exemplifica o dirigente, grande parte dos nomeados já abandonou o Estado, não assumindo ou desistindo da vaga.

“Chega dessa política de matar o serviço público, de estrangular os servidores e que não apresenta nenhuma alternativa de desenvolvimento e de crescimento. O Rio Grande do Sul vai mal, os serviços são precarizados e o responsável por isso é o governador Eduardo Leite”, cobra Medeiros.

### Perdas salariais servidores do estado do RS

| Categoria                                  | Período            | Reajuste necessário (IPCA/IBGE) | Descontada revisão geral de 6% em 2022 |
|--|--------------------|---------------------------------|--|
| Especialistas em saúde                     | 01/2015 a 03/2023  | 62,81%                          | 53,59%                                 |
| Analistas de projetos e políticas públicas | 11/2014 a 03/2023  | 64,91%                          | 55,58%                                 |
| Governo Eduardo Leite                      | 01/2019 a 03/2023  | 29,59%                          | 22,25%                                 |
| Outras referências                         | 11/2014 a 04/2023* | 65,88%                          | 56,49%                                 |
|  | 01/2022 a 04/2023* | 8,63%                           |  |
|  | 01/2022 a 12/2022  | 5,79%                           |  |

Fonte: IBGE | Nota: \* com estimativas do Banco Central  
Elaboração: Dieese

### Itens essenciais que tiveram as maiores altas

| Item                               | nov/14     | jan/19     | mar/23     | Variação % 2023/2014 | Variação % 2023/2019 |
|------------------------------------|------------|------------|------------|----------------------|----------------------|
| Corsan (taxa mínima)               | R\$ 18,69  | R\$ 23,84  | R\$ 33,83  | 81,0%                | 41,9%                |
| Gás de Cozinha (13kg)              | R\$ 48,68  | R\$ 73,86  | R\$ 112,15 | 130,4%               | 51,8%                |
| Combustível Gasolina Comum (litro) | R\$ 2,94   | R\$ 4,28   | R\$ 5,34   | 81,6%                | 24,8%                |
| Refeição Restaurante               | R\$ 15,11  | R\$ 20,18  | R\$ 29,34  | 94,2%                | 45,4%                |
| Cesta Básica (Dieese)              | R\$ 342,62 | R\$ 441,65 | R\$ 734,28 | 114,3%               | 66,3%                |
| Média                              |            |            |            | 100,3%               | 46,0%                |

Fonte: IEPE/UFRGS e Dieese  
Elaboração: Dieese

## PRECARIZAÇÃO

# Fuga de servidores na Saúde e na Agricultura é acima da média geral

Um dos impactos do arrocho salarial e da falta de valorização do funcionalismo gaúcho é o esvaziamento do Estado. Na Secretaria Estadual da Saúde (SES), a redução do número de servidores entre 2015 e 2023 é preocupante. Levantamento do Dieese mostra que o número de trabalhadores da SES na ativa caiu de 4.547 em 2015 para 3.186 em 2023.

Em março de 2015, a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) tinha 1.512 servidores ativos e em janeiro de 2023 a pasta estava com 1.273. Os dados mostram que, apesar das contratações recentes, o último concurso não foi suficiente para estancar a sangria.

Há oito anos, o Poder Executivo tinha 153.040 servidores na ativa. Em março de 2023, este número caiu para 125.935 – são 27.105 servidores a menos. O dado reafirma que, ano a ano, os profissionais vêm deixando o funcionalismo – uma média de 3.388 servidores ao ano abandonam a carreira pública. Segundo a economista Anelise Manganeli, do Dieese, o levantamento mostra a redução de pessoas em atividade com o rebatimento deste cenário na sobrecarga de trabalho.

“Os números evidenciam a



Falta de pessoal prejudica atendimento à população

política realizada nos últimos governos, período em que os servidores públicos vêm sofrendo constantes ataques em suas carreiras e remuneração. No en-

tanto, é a população que necessita dos serviços públicos que vai ser atingida por essa política em curso”, avalia o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.

| Data         | Trabalhadores na ativa SES | Variação |
|--------------|----------------------------|----------|
| Março/2015   | 4.547                      | -29,93%  |
| Janeiro/2023 | 3.186                      |          |

| Data         | Trabalhadores na ativa Agricultura | Variação |
|--------------|------------------------------------|----------|
| Março/2015   | 1.512                              | -18,92%  |
| Janeiro/2023 | 1.273                              |          |

| Data         | Trabalhadores na ativa Poder Executivo | Variação |
|--------------|--|----------|
| Março/2015   | 153.040                                | -17,71%  |
| Janeiro/2023 | 125.935                                |          |

Fonte: Sefaz/RS. Painel de Pessoal. Consulta em 14/2/2023.

Nota: última informação disponível 01/2023 | Elaboração: DIEESE



**PRIVILÉGIOS**

# Aumentos apenas para quem já ganha mais

Enquanto o funcionalismo amarga perdas com a desculpa do teto de gastos, o argumento do ajuste fiscal não vale para o andar de cima. Nem a pressão e os protestos do Sintergs e outros sindicatos e associações que compõem a Frente dos Servidores Públicos (FSP) foram suficientes para barrar o aumento de 32% do salário do governador, que passou para R\$ 35.462,22 em janeiro. Vice-governador e secretários tiveram seus proventos aumentados para R\$ 29.594,45, enquanto os vencimentos dos deputados ficaram em R\$ 29.469,99.

“Leite promoveu uma distorção ao privilegiar os maiores salários em detrimento de todas as outras categorias”, afirma Angela Antunes de Souza, diretora do Sintergs, que participou de ações junto a outros dirigentes da FSP. Para a sindicalista, a be-

nesse do governo derruba o argumento de que não seria possível uma revisão geral maior do que os 6% concedidos em abril do ano passado. Na época do reajuste, os trabalhadores não foram contemplados nem com o índice de inflação de 2021, que chegou a 10,06% (IPCA/IBGE). A alegação era que poderia comprometer o teto de gastos.

Ao mesmo tempo em que tira o poder de compra dos servidores, o governo do Estado aumentou em 60% as renúncias fiscais entre 2014 e 2021 (dado mais recente disponível). Ou seja, no mesmo período em que os servidores perderam mais da metade do poder de compra, a patronal foi presenteadada com a concessão de mais isenções.



Foto: Joice Proença/Divulgação Sintergs

Sindicalistas, incluindo lideranças do Sintergs, protestam na Assembleia

## Alto escalão garantiu seu reajuste

| Cargos                        | 2022 (R\$) | 2023 (R\$) | Reajuste (%) |
|-------------------------------|------------|------------|--------------|
| Governador                    | 26.841,71  | 35.462,22  | 32,1%        |
| Vice-governador e Secretários | 20.131,29  | 29.594,45  | 47%          |
| Deputados estaduais           | 25.322,25  | 29.469,99  | 16,4%        |

Fonte: Subsídios previstos nas Leis 15.939/2023 e 15.940/2023 | Executivo e Legislativo do Rio Grande do Sul. Elaboração: Dieese

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Guilherme Toniolo**  
*Diretor de Política Salarial*

## Falta de engenheiros coloca em risco obras e reformas do Estado

Os planos do governo estadual de reformar e projetar escolas esbarram em uma situação criada pela própria gestão: a falta de engenheiros civis para elaborar e acompanhar os projetos. Entre os convocados, metade não assumiu a vaga ou já pediu demissão. Como consequência, há vagas abertas na Secretaria de Obras Públicas (SOP) e já foram chamados todos os profissionais da área que fizeram o concurso mais recente, realizado há um ano.

Esta é apenas uma das consequências da falta de atratividade da carreira pública, alerta que foi feito pelo Sintergs ao propor a reestruturação das carreiras antes mesmo do lan-

çamento do edital do concurso, mas que até agora não teve andamento por parte de Eduardo Leite. A falta de plano de carreira, os baixos salários com defasagem de quase 60% em oito anos e a falta de perspectiva de recomposição, como já propalou o governador, fazem muitos trabalhadores desistirem do serviço público.

O governo realizou um concurso público, mas perdeu a oportunidade de qualificar e trazer para a rede excelentes profissionais. Isso demonstra que o concurso não é mais interessante em relação à iniciativa privada. Apesar da estabilidade, não há perspectiva de ascensão. Houve retirada de

avanços e direitos, inclusive na aposentadoria, que hoje é pelo teto do INSS.

Há pelo menos duas gestões, o discurso é o mesmo: depois de fazer projetos de governo, dizem que vão atender nossas demandas. Mas a realidade é que as melhorias e a reposição chegam sempre primeiro para recuperar perdas para o governador, secretários, legislativo, CCs, FGs. A desculpa sempre foi a independência entre os poderes e, mais recentemente, atender o limite prudencial. Agora, o governo que se desdobre, pois a situação impacta diretamente na governabilidade e na deficiência de projetos de obras, como as das escolas. ■

## DESVALORIZAÇÃO

# Metade dos engenheiros civis nomeados para a Secretaria de Obras Públicas desistiu do cargo

Metade dos engenheiros civis chamados para a Secretaria de Obras Públicas (SOP) no mais recente concurso desistiu da carreira pública. Dos 46 profissionais nomeados, 23 não assumiram ou deixaram o cargo. Os dados, de março de 2023, foram obtidos pelo Sintergs e pela Sociedade de Engenheiros e Arquitetos da Secretaria de Obras do RS (Seasop).

A perda de talentos também pode ser verificada nas outras funções. De 111 nomeados, 37 não tomaram posse ou assumiram e, em seguida, pediram exoneração. Ou seja, 33,33% dos nomeados para os cargos de analista arquiteto e analista engenheiro nas áreas de Engenharia Civil, Mecânica, Elétrica, de Produção, de Minas e de Segurança do Trabalho não tiveram interesse em permanecer no Estado.

Os salários abaixo do valor de mercado é um dos motivos para a debandada. “Ao não pagar o piso salarial da categoria, o Estado não dá o exemplo, descumpra a legislação e não reconhece a responsabilidade técnica vitalícia dos arquitetos e engenheiros sobre as obras públicas”, comenta o engenheiro civil Valdir Fiorentin, diretor de Comunicação do



Foto: Saul Teixeira/Ascom SOP

Salário abaixo do mercado é um dos motivos para o abandono da carreira

Sintergs. Uma das consequências é que o Estado abre mão de contar com os serviços destes engenheiros e arquitetos em projetos de reformas de escolas, hospitais e demais prédios públicos.

A falta de perspectiva devido à ausência de um plano de carreira também desestimula a permanência no serviço público. “A pessoa fica estagnada no cargo, sem nenhum crescimento, porque todas as vantagens que existiam, como triênios e quinquênios, foram removidas”, explica o engenheiro civil Guilherme Toniolo, diretor de Política Salarial do Sintergs. O dirigente critica que o governo equiparou as obrigações do serviço público

com a iniciativa privada, como no caso da aposentadoria pelo teto do INSS, mas não igualou os direitos e nem os salários aos do mercado de trabalho.

O engenheiro mecânico Luciano Neves da Fontoura, presidente da Seasop, define como lamentável a decisão do Estado de não atualizar o salário dos servidores conforme a inflação. “Por que os trabalhadores da iniciativa privada têm direito à reposição inflacionária anual e quem trabalha no Estado não tem? O resultado está aí, gastamos dinheiro público para selecionar profissionais e os perdemos para a concorrência, para o mercado”, avalia Fontoura.

## CARREIRAS

# SPGG reabre negociação do projeto de reestruturação

A secretária de Planejamento, Governança e Gestão, Danielle Calazans, e o Sintergs reabriram a negociação do projeto de reestruturação das carreiras apresentado ao governo do Estado pelo sindicato. Em encontro realizado no dia 1º de março, no CAFF, os dirigentes entregaram ofício cobrando a reestruturação das carreiras. “Estamos ouvindo as propostas dos sindicatos. Existe, sim, perspectiva”, disse Danielle no encontro, ao afirmar que há uma diretriz do governador Eduardo Leite para reestruturar algumas carreiras. “A implementação depende da saúde fiscal do Estado”, afirmou a secretária.

Os dirigentes do Sintergs sugeriram que o governo apresente um anteprojeto. “Estamos abertos a negociar essa contraproposta. Mas precisa haver essa mesa de diálogo permanente que até agora não ocorreu”, disse o presidente do sindicato, Antonio Augusto Medeiros. Também participaram da reunião o vice-presidente Danilo Krause,



Foto: Bruna Karpinski

Diretoria do Sintergs fez reuniões com a SPGG em março e abril deste ano

o diretor de Política Salarial, Guilherme Toniolo, e o diretor de Assuntos Regionais e Setoriais, Nelcir André Varnier. Pela SPGG, estavam o secretário adjunto Bruno Silveira, a subsecretária Iracema Castelo Branco e a diretora-geral Sônia Saconi.

Na reunião, a diretoria cobrou a Gratificação de Estímulo à Defesa e ao Fomento Agropecuário (GDEFPA) para os servidores da pesquisa agropecuária e a correção da carga horária dos especialistas da Secretaria da Saúde.

## Pauta segue em negociação

Representantes da SPGG e do Sintergs se reuniram no dia 4 de abril para tratar da reestruturação das carreiras de analistas de projetos e políticas públicas, especialistas em saúde e extranumerários. O grupo de sindicalistas foi rece-

bido pelo secretário-adjunto da SPGG, Bruno Silveira, que reforçou o compromisso do governo em debater com as categorias para construir um novo plano de reestruturação. Ficou acertado que serão realizados encontros mensais.

# Secretária de Obras reconhece necessidade

A secretária estadual de Obras Públicas, Izabel Matte, reconheceu a necessidade da reestruturação das carreiras proposta pelo Sintergs em reunião realizada em janeiro de 2023 com dirigentes sindicais. Estavam presentes o diretor de Política Salarial do sindicato, Guilherme Toniolo, o presidente da

Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos da Secretaria de Obras do Rio Grande do Sul (Seasop), Luciano Neves da Fontoura, e outros representantes da entidade. No encontro, Izabel se comprometeu a acompanhar o andamento do projeto apresentado pelo sindicato em junho de 2021.

## IPE SAÚDE

# Instituto deixou de arrecadar R\$ 105,7 milhões só em 2022

O Ipe Saúde deixou de arrecadar R\$ 105,7 milhões em contribuições sociais em 2022. O valor é referente ao incremento de receita que ocorreria se o governador tivesse feito a revisão geral dos salários dos trabalhadores de acordo com o IPCA do ano anterior, que foi de 10,06%. O levantamento foi feito pelo Dieese.

“O governador não dá o mínimo, que é a reposição da inflação, e agora quer sobretaxar os servidores”, reclama o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros. Em sua avaliação, o governo apresenta números de forma parcial, sem considerar a

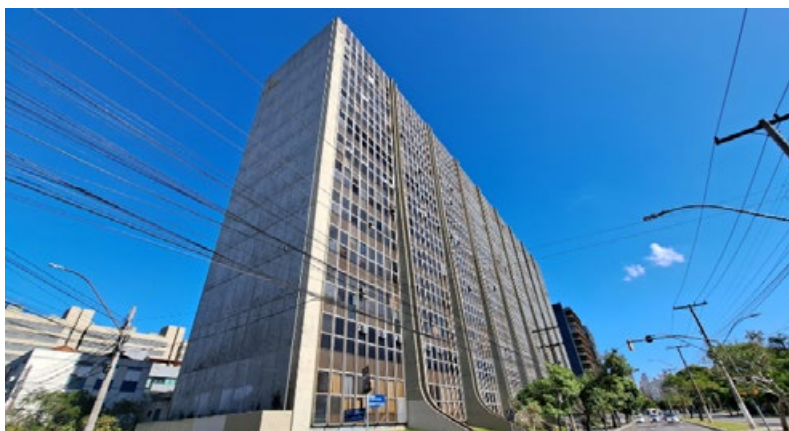


Foto: Matheus Lopes / Ascom IPE Saúde

Resultado seria positivo se houvesse reposição da inflação, segundo o Dieese

redução da receita do Ipe Saúde em razão da superexploração dos servidores.

Os dados do Dieese mostram que, com este incremento, não haveria déficit e o resultado seria positivo, considerando tam-

bém valores referentes à alienação de imóveis, por exemplo. “É notório que a política de arrocho salarial é central no equilíbrio das contas do Ipe Saúde”, pontua a economista Anelise Manganeli, do Dieese.

## IPE Saúde não é plano comercial

No diagnóstico elaborado pelo governo, Eduardo Leite deixou de fora as perdas salariais do funcionalismo, principal causa do déficit de cerca de R\$ 36 milhões mensais do Ipe Saúde. Além disso, a crise tem relação direta com a não cobrança dos devedores, com a apropriação de receitas oriundas dos 214 imóveis do Fundo de Assistência à Saúde

(FAS) e com o não repasse dos descontos sobre os precatórios pagos aos servidores. “Temos de nos mobilizar pelo Ipe Saúde, que é uma instituição de assistência à saúde solidária desde sua origem”, enfatiza Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs.

Em 2013, o Tribunal de Contas apontou que o Estado devia quase 4 bilhões ao Ipe Saúde,

lembra o vice-presidente do sindicato, Danilo Krause, representante da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública no Conselho de Administração do Ipe Saúde. Ao mudar a fórmula de arrecadação por faixa etária, o governo inviabilizará o acesso dos trabalhadores com salários mais baixos ao sistema, destaca Angela Antunes, diretora do Sintergs.

IPE SAÚDE

# Sintergs rechaça sobretaxação da contribuição dos servidores

A proposta do governador de aumentar a alíquota de contribuição dos servidores para o IPE Saúde é absurda e inaceitável. O Sintergs rechaça a sobretaxação dos servidores públicos. “Com a revisão geral dos salários e reposição das perdas inflacionárias dos servidores, o IPE Saúde seria superavitário. Mas Eduardo Leite superexplora os trabalhadores do serviço público. Olha para os de cima e ataca os

que estão abaixo, acabando com a essência solidária do IPE Saúde”, afirma o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros, lembrando que já são mais de oito anos de salários defasados, sem reposição da inflação.

A proposta do governo é aumentar a contribuição dos servidores de 3,1% para 3,6%. “Um jovem de 38 anos, governador e que ganha R\$ 35,46 mil, pagará menos e aumentará a alíquota

de uma educadora de 60 anos aposentada. Essa é a política de Eduardo Leite”, critica Medeiros. O projeto ainda prevê o aumento da coparticipação em consultas e exames de 40% para 50% e a cobrança de um adicional por dependente, taxa que atualmente não existe. O presidente do Sintergs ressalta que o momento requer unidade dos servidores e mobilização para barrar o projeto.



A PEDIDO

## NOTA PÚBLICA DA FRENTE DOS SERVIDORES EM DEFESA DO IPE SAÚDE E DA REVISÃO GERAL DA INFLAÇÃO NOS SALÁRIOS

Nota FSP-RS

A Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP) manifesta seu repúdio à reestruturação do IPE Saúde anunciada pelo governo e a necessidade urgente da revisão geral anual nos vencimentos dos servidores estaduais, dado o avanço do empobrecimento das categorias, temas absolutamente conectados.

A FSP afirma que a principal causa do déficit do IPE Saúde é o arrocho salarial imposto ao funcionalismo, que ultrapassa 60% apenas nos últimos nove anos, o que impactou diretamente as receitas da instituição. Nenhum plano de saúde, público ou privado, ficou com sua receita praticamente congelada nesse período.

A política conjugada do arrocho salarial, retirada de direitos dos servidores e a deterioração do IPE Saúde tem uma óbvia conexão, servindo a um claro propósito: favorecer os interesses do mercado com o aumento dos valores das consultas e procedimentos à classe médica e a consequente entrega de um sistema de saúde solidário dos servidores públicos à iniciativa privada.

Tal crise, guarda relação direta com a não cobrança dos devedores

e a má gestão, que há anos vem sendo deliberadamente alimentada pela lógica neoliberal de estado mínimo, precarização dos serviços públicos e contínua entrega do patrimônio coletivo aos interesses do mercado.

O Estado, há anos, vem de maneira condenável se apropriando das receitas oriundas de 214 imóveis do Fundo de Assistência à Saúde (FAS) e dos descontos sobre os precatórios pagos aos servidores quando tais recursos deveriam ser aplicados no IPE Saúde.

Os servidores públicos não aceitarão mais o aprofundamento do cenário de perdas salariais, retiradas de direitos e sobretaxação ou aumento da contribuição dos dependentes e se mobilizarão contra a política de confisco salarial que está por trás desse projeto de reestruturação do IPE Saúde.

O ônus das crises não pode continuar a ser repassado apenas à classe trabalhadora. A luta pela manutenção do IPE Saúde solidário e por nossa dignidade salarial, que vem sendo usurpada ano após ano, significa acima de tudo a defesa e a proteção da sociedade como um todo. Por isso, apelamos a toda sociedade gaúcha para que nos apoie nessa causa.

Porto Alegre, 19 de abril de 2023



# Ato em defesa do IPE Saúde retoma mobilização unificada

Cerca de 3 mil pessoas participaram de ato estadual unificado em defesa do IPE Saúde e por revisão geral dos salários do funcionalismo no dia 26 de abril, em Porto Alegre. Após concentração e discursos de lideranças da Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP) na sede do instituto, os trabalhadores saíram em caminhada até o Palácio Piratini.

"Hoje é o início de uma nova grande mobilização dos servidores públicos contra a política do governo Eduardo Leite e sua base aliada, que arrocha os servidores, estrangula os de baixo para facilitar os de cima", disse o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros, em seu discurso em frente ao Palácio. Conforme o dirigente, os servidores públicos seguirão unidos na luta pelo IPE Saúde solidário.



Foto: Bruna Karpinski

O Sintergs, que integra a FSP juntamente com outros 15 sindicatos e associações, teve adesão de representantes da Capital e do Interior nesta grande mobilização. Além dos dirigentes do sindicato, participaram do ato associados da ativa e aposentados de Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Ijuí, Lajeado, Livramento, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz e Santa Rosa.

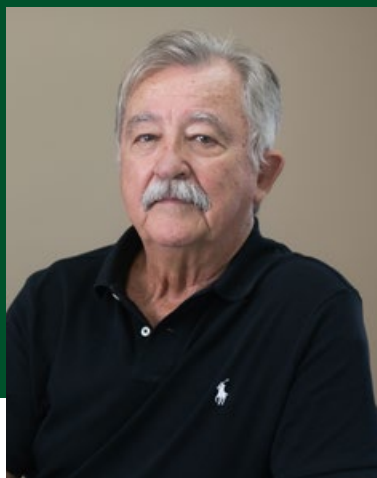
Para ilustrar as dificuldades que o funcionalismo vem enfrentando, foi realizado ato simbólico com carrinhos de supermercado mostrando o impacto no poder de compra dos servidores de 2014 a 2022. Em 2023, a defasagem salarial chega a 60%, mesmo com os 6% de reposição concedidos no ano passado. Basta de arrocho, governador. Chega de injustiça!



Foto: Caco Argemi/Cpers

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Danilo Luiz Krause**  
Vice-Presidente

A incompetência dos últimos governantes em administrar o Estado e a política de compadrio levou o funcionalismo ao maior arrocho salarial da história, em torno de 60% de perdas nos últimos oito anos. Essa forma de governar impactou nas carreiras e na vida de servidores da saúde pública, da fiscalização agropecuária, dos técnicos científicos e dos professores, entre outras categorias. Como consequência, vemos a diminuição da receita do IPE Saúde, o não pagamento aos prestadores de serviço, a negativa de atendimento das instituições hospitalares e o descredenciamento dos médicos. Ou seja, os trabalhadores do Executivo estão sem correção de salários e sem atendimento de saúde. Os prejudicados com esta política – os servidores e seus familiares – representam 10% da população gaúcha, o equivalente a 1,1 milhão de pessoas.

Enquanto isso, o governador Eduardo Leite, a Assembleia Legis-

## IPE Saúde ou IPE da morte?

lativa e o Frederico Antunes (PP), líder do governo na gestão atual e anterior, fazem algumas audiências públicas. Nestas discussões, só levam em conta as recomendações dos empresários, muitos deles beneficiados por incentivos fiscais, como a Lei Kandir, e isenções que ficam em sigilo do público. Essas concessões ultrapassam os R\$ 10 bilhões por ano e dão enormes prejuízos às receitas públicas, prejudicando toda a população do Rio Grande do Sul. O resultado são escolas sucateadas, péssima saúde pública, falta de segurança e servidores morrendo por falta de atendimento do IPE Saúde.

Como se não bastasse, fizeram a pior negociação da história da dívida do Estado, com a aprovação do Regime de Recuperação Fiscal. Vale lembrar que a dívida pública do RS está sob juízo na Justiça Federal. Está provado, por perícia judicial, que o valor cobrado pela Receita Federal é inconstitucional, pois utiliza o anatocismo (juros sobre juros) e não se pode cobrar desta maneira de um ente federado. Além disso, o Estado deveria ser ressarcido dos quase

R\$ 60 bilhões retirados da Lei Kandir, dinheiro este que beneficiou empresas que exportam nossos produtos sem pagar nada.

Também há uma dívida atualizada de R\$ 17 bilhões em precatórios, herança deixada pelo governador Antônio Britto e os deputados daquela legislatura por pura má administração. O Estado precisa pagar esta dívida que tem com os servidores!

Esta é a verdadeira história da má administração pública dos últimos governos, inclusive deste, que disse que colocou em dia os salários. Sim, colocou em dia às custas da sobretaxação da previdência e do não pagamento da correção inflacionária aos servidores do Executivo, gerando uma receita extra de bilhões de reais.

Senhor governador, o senhor quer ser presidente do Brasil, mas não repõe a inflação e deixa os seus servidores que pagam em dia a sua cota morrerem sem atendimento médico e hospitalar. Enquanto isso, dá presentes como a Ceee e Corsan para seus amigos Lemann e seus comparsas que quebraram as Americanas. NÃO É JUSTO! ■



## CAMPANHA SALARIAL

# Campanha cobra reestruturação das carreiras e revisão salarial

No mês do Dia do Trabalhador, o Sintergs lançou uma nova etapa da campanha em defesa da reestruturação das carreiras e pela revisão salarial urgente. A nova fase da campanha contemplou postagens nas redes sociais, que serão ampliadas com o avanço das negociações. Há urgência na negociação pela queda no poder de compra dos salários, que afeta de forma drástica o or-

çamento familiar dos servidores e, muitas vezes, força o abandono da carreira.

“Semanalmente, recebemos informações de servidores que estão abandonando suas carreiras no Estado pela falta de perspectiva de melhoria nas condições de trabalho e em suas remunerações. Estamos perdendo talentos e isso coloca o futuro do Rio Grande do Sul em xeque”,

alerta o diretor de Comunicação Valdir Bandeira Fiorentin.

O sindicato apresentou uma proposta de reestruturação na primeira gestão de Eduardo Leite e, na atual administração, voltou a discutir com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, agora com a secretária Danielle Calazans. Para ter acesso ao projeto elaborado pelo Sintergs, acesse o site do sindicato.

# REESTRUTURAÇÃO E REVISÃO JÁ!

Não se desenvolve um Estado sem a valorização dos trabalhadores.

**Governador,  
quem arrocha o salário  
esgota a paciência.**

## NOVOS SERVIDORES

# Sindicato promove ações para novos servidores

Foto: Bruna Karpinski



Boas-vindas aos colegas da Saúde

Foto: Karen Viscardi



Confraternização com a Secretaria de Obras

Foto: Bruna Karpinski



Novos servidores da Agricultura

No dia 3 de novembro, especialistas em saúde que assumiram a função no ano passado participaram de encontro de boas-vindas promovido pelo Sintergs. Mais de 20 novos servidores da Secretaria Estadual da Saúde (SES) estavam presentes na confraternização, que ocorreu na sede do sindicato, em Porto Alegre.

Gabriela Orosco Werlang, que já foi servidora municipal em Sapiranga (RS), deixou o cargo de professora universitária em Xanxerê (SC) para assumir a função no ano passado. Disse ter muitos desafios profissionais, pois antes trabalhava com alimentos e agora faz a vigilância de zoonoses para evitar que essas doenças cheguem às pessoas. A médica veterinária está lotada na Divisão de Vigilância Ambiental em Saúde (DVAS) do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs).

Em setembro de 2022, a diretoria do sindicato reuniu quase uma centena de analistas de projetos e políticas públicas da Secretaria de Obras Públicas. Em agosto do ano passado, o Sintergs promoveu encontro entre os novos servidores da Secretaria da Agricultura (Seapi) na sede do sindicato.

## AÇÃO SINDICAL

# Diretoria do Sintergs reúne novos servidores na Educação e na Cultura

A diretoria do Sintergs vem promovendo uma série de encontros com servidores que assumiram vaga no concurso mais recente para ouvir as demandas e apresentar as propostas do sindicato. No dia 5 de abril, cerca de 50 analistas de projetos e políticas públicas da Secretaria da Educação (Seduc) participaram da reunião.

Os dirigentes destacaram que a realização de concurso de analistas para a Educação era uma luta antiga do sindicato, assim como uma gratificação para os servidores lotados na Seduc. “Utilizamos o argumento da gratificação e transversalidade para apresentar um projeto de reestruturação das carreiras como forma de corrigir perdas e garantir a paridade entre diferentes secretarias”, explicou Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs, que instigou os pre-



Foto: Karen Viscardi

Cerca de 50 analistas participaram de encontro na Seduc

sentes a escolherem um representante sindical na secretaria.

Na reunião, os novos servidores relataram dúvidas sobre direitos e obrigações do estágio probatório, situações que configuram assédio moral, além da legislação sobre classificação no concurso e escolha de lotação.

Os questionamentos jurídicos foram respondidos pelo diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica, Humberto Perriolo. O dirigente, assim como a diretora 1ª secretária, Angela Antunes, e o diretor de Assuntos Regionais e Setoriais, Nelcir André Varnier, participaram do encontro na Seduc.

No dia 16 de março, os três diretores participaram de encontro que ocorreu na Secretaria da Cultura e reuniu cerca de 20 analistas. Estiveram presentes servidores da pasta e das secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e de Turismo. Nesta reunião, também foi reforçada a importância de ter representantes setoriais do Sintergs.

Foto: Suria Liz



Participaram colegas da Cultura, do Turismo e da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

## Legado de retrocessos e antidemocracia

O descaso dos governos PSDB e MDB com os serviços públicos estaduais é somado ao legado de retrocessos da gestão Bolsonaro, que aprofundou os problemas do país, deixando um cenário de destruição em todos os setores. Nos últimos quatro anos, reduziu ainda mais o papel de indutor de crescimento do Estado, que já estava em retração desde o governo Temer. Para os servidores públicos federais, Bolsonaro também foi nefasto, foram quatro anos sem nenhum centavo de reposição.

Na geração de riquezas, a análise do Produto Interno Bruto (PIB) mostrou desaceleração ao longo de 2022, passando de 1,3% no primeiro trimestre para apenas

0,4% no terceiro trimestre, na série com ajuste sazonal. Segundo o Boletim de Conjuntura do Dieese nº37, os "relativos bons resultados da economia em 2022 derivam fundamentalmente de efeitos estatísticos causados pela pandemia e da expansão de curto prazo de benefícios sociais, realizada perto do período eleitoral".

Durante o governo Bolsonaro, nos anos de 2020, 2021 e 2022, o salário mínimo foi ajustado somente pela inflação, ou seja, sem aumento real. Em 2023, só houve aumento real de 1,5% porque a estimativa no orçamento deste ano enviada em agosto de 2022 previa uma inflação de 7,41%, mas a inflação foi menor em razão das medidas eleitoreiras.

No final do ano passado, o coordenador da transição na época e hoje vice-presidente, Geraldo Alckmin, resumiu o relatório final. "Fizemos uma síntese para que não haja interrupção dos serviços públicos e uma síntese do que Lula vai entregar. Tivemos retrocesso em muitas áreas, o governo federal andou para trás."

Alckmin destacou a defasagem de recursos e gestão em setores como Saúde, Educação, Cultura, Infraestrutura e Segurança Pública. O documento citava uma "herança socialmente perversa e politicamente antidemocrática". Este último ponto teve como ápice o ataque aos Três Poderes, no dia 8 de janeiro, no Distrito Federal.

Atos golpistas culminaram na invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

## VITÓRIA DOS SERVIDORES

# Sintergs pressionou e Estado está pagando dias de greve

Após três anos de luta, o Sintergs conquistou uma vitória fundamental para os associados. Representantes do sindicato e do governo do Estado assinaram em 27 de outubro de 2022 o termo de acordo para pagamento dos dias descontados na greve de 2019 e 2020, mediante a compensação de horas. A adesão dos 1,2 mil servidores que participaram do evento foi voluntária e o prazo para cumprir a carga horária ficou instituído até final de maio deste ano.

“Foi uma vitória da negociação. Nos termos gerais, nossas demandas construídas coletivamente foram atendidas e conseguimos chegar a um meio termo que beneficia os trabalhadores que participaram da greve, instrumento constitucional e legal”, explica o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros. Para o sindicalista, o acordo faz justiça aos servidores que lutaram por direitos básicos, como receber salários em dia.

Mas, com atraso nos processos e no aceite dos planos de trabalho em algumas



Foto: Karen Viscardi

Acordo assinado em outubro de 2022 teve prazo prorrogado

secretarias, como a Saúde, e a demora na implantação da câmara de conciliação por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE), em março deste ano o sindicato enviou ofício solicitando a prorrogação do prazo de compensação até 30 de novembro.

No mesmo documento, o Sintergs propôs que a compensação dos dias não trabalhados possa ocorrer também aos finais de semana e por meio da participação em cursos que tenham conteúdos programáticos relacionados às atribuições do cargo e/ou

função ocupada. Além disso, o sindicato pediu que o teletrabalho seja uma das possibilidades de compensação das horas, quando as atividades desenvolvidas forem compatíveis com a modalidade.

Por fim, o Sintergs solicitou que seja nomeado um responsável para atuar como interlocutor entre o sindicato e o governo do Estado e acompanhar o cumprimento do acordo firmado em outubro de 2022. O documento foi enviado à secretária de Planejamento, Governança e Gestão, Danielle Calazans.

## CONQUISTAS

# RS regulamenta conversão do tempo especial para aposentadoria

A conversão do tempo especial para aposentadoria – Tema 942 do Supremo Tribunal Federal (STF) – foi regulamentada no RS, no início da segunda quinzena de março. Já são quase três anos de busca do sindicato para que os associados que realizam atividade especial, caracterizada pela exposição a agentes nocivos, pudessem requerer a conversão.

“O Sintergs vinha cobrando o Estado. A nossa luta está em fazer esse direito prevalecer”, afirma o presidente Antonio Augusto Medeiros. O dirigente ressalta que, neste período, o sindicato elaborou modelo de pedido para os servidores fazerem a solicitação ao RH e orientou a abertura de PROA “como forma cautelar para evitar a perda de direitos” enquanto o Estado ainda não havia regulamentado, além de impetrar mandado de segurança que foi acautado pela Justiça.



Foto: Carlos Macedo

A partir de agora, a Instrução Normativa nº 5, de 16/02/2023, do IPE-PREV, e a Instrução Normativa nº 04, de 17/03/2023, da SPGG, vão nortear a administração pública nos pareceres. Os servidores que realizam atividade especial podem requerer a conversão do trabalho prestado até 12 de novembro de 2019. O Estado tem 30 dias para avaliar os processos.

### Ficou com dúvidas?

O Sintergs oferece atendimento jurídico individualizado para os associados. O agendamento pode ser feito pelo e-mail: [cjuridico@sintergs.com.br](mailto:cjuridico@sintergs.com.br)

## Extranumerários da Sedec receberam reajuste de 6% após cobrança do Sintergs

Os extranumerários vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) passaram a receber o reajuste de 6% aprovado na Assembleia Legislativa em maio do ano passado para os servidores do Poder Executivo (Lei nº 15.837/2022). O pagamento do valor retroativo ocorreu em janeiro. A categoria havia ficado de fora do projeto e, após questionamento feito pela assessoria jurídica do Sintergs, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) elaborou parecer reconhecendo o direito à reposição.

Entre os argumentos jurídicos apresentados, está o fato de que a revisão geral contempla servidores de todos os poderes e órgãos autônomos, além de inativos e pensionistas. Em razão da importância que a demanda representa na vida dos servidores que foram prejudicados, a assessoria jurídica do sindicato solicitou urgência na implantação do reajuste ao vencimento básico e às parcelas remuneratórias decorrentes, nos contracheques dos referidos servidores, de forma retroativa a contar da lei.

## Justiça pagou R\$ 878,6 milhões dos acordos de precatórios em seis meses

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) pagou R\$ 878,6 milhões referentes a acordos de precatórios entre agosto de 2022 até 10 de fevereiro deste ano. Porém, o montante pago até agora representa 5,26% do total da dívida, que chega a R\$ 16,7 bilhões.

Em janeiro de 2023, a Central de Conciliação Pagamentos Precatórios homologou os acordos até o lote 10, abrangendo o orçamento de 2011, com 9.797 manifestações de interesse em conciliar. Em fevereiro, a central iniciou as análises e homologações até o lote 15, que engloba precatórios até o orçamento de 2014.

“A digitalização de todos os processos físicos dos

precatórios feita pelo Tribunal de Justiça em meados de 2022 vem contribuindo para agilizar os pagamentos dos preferenciais e dos acordos com o Estado”, considera o vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause.

Para os pagamentos, o Estado destina 1,5% de sua receita corrente líquida, valor aproximado de R\$ 64 milhões mensais. Do total, metade é destinado à ordem cronológica, os chamados precatórios preferenciais, de pessoas acima de 60 anos. A outra metade vai para quem fez acordo com deságio de 40%. Dos 67 mil detentores de precatórios, 36 mil manifestaram interesse em receber 60% do total devido pelo Estado.

Desde agosto de 2022, o TJRS pagou

**R\$ 878,6**  
milhões

de um total de **R\$ 16,7 bilhões** da dívida do Estado em precatórios.

Deste total, foram pagos:

**R\$ 585** milhões  
entre agosto e dezembro de 2022.

**R\$ 293,6** milhões  
entre 1º de janeiro a 10 de fevereiro de 2023.

## Diárias dos servidores do Executivo são reajustadas em 63,43%

As diárias dos servidores do Poder Executivo foram reajustadas em 63,43% no final de 2022, após dez anos sem atualização. Com isso, o valor básico para cálculo das diárias passa para R\$ 48,98, que é multiplicado por 2,28 (multiplicador de deslocamento) e, depois, pelo índice que varia conforme o local de deslocamento.

De acordo com Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs, o reajuste é fundamental para não penalizar trabalhadores do Executivo que necessitam se deslocar para exercer suas atividades, o que é comum nas secretarias de Agricultura, Saúde e Obras, por exemplo.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Ângela Antunes**  
Diretora 1ª Secretária

O artigo 149 do Código Penal Brasileiro considera crime a submissão a condição análoga à escravidão, quando pessoas fazem trabalhos forçados, têm jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho ou restrição de locomoção. As ocorrências registradas no Brasil nas últimas décadas foram verificadas principalmente no meio rural, em atividades vinculadas ao agronegócio, seguidas de trabalhos domésticos. Uma violação dos direitos humanos, herança de um passado escravocrata, que ainda mantém marcas.

Notícias sobre trabalhadores que vieram para a Serra gaúcha prestar serviços na safra da uva colocaram em debate a terceirização, a precarização e a escravidão. A terceirização não é sinônimo de precarização, mas frequentemente nos deparamos com situações onde os funcionários não são pagos e não há recolhimento para o INSS. Outras vezes, as empresas fecham, não pagam direitos trabalhistas e abrem com novo CNPJ, burlando a fiscalização,

## Trabalho escravo exige punição e reflexão

como ocorreu com a prestadora de serviços em Bento Gonçalves. A situação demonstrou uma face ainda mais cruel, a escravidão, com pessoas submetidas a jornadas exaustivas, castigadas fisicamente, vigiadas por cães e por “capitães do mato” e se alimentando mal. Motivo de vergonha, reflexão e de necessidade de conscientização coletiva.

A maioria da população ficou estarrecida com o show de horrores a que nossos irmãos baianos foram submetidos. Quem procurou “desculpas” para explicar o inexplicável, no mínimo desconhece o significado da palavra empatia, o sentir a dor do outro. Faltou empatia ao Centro da Indústria, Comércio e Serviços (CIC) de Bento Gonçalves, que vinculou a situação à “relação com um sistema assistencialista, que causa falta de mão de obra na cidade”. Também ao vereador de Caxias do Sul, que usou a tribuna para fazer discurso de ódio e desqualificar o povo nordestino. Para estes, a culpa não é dos exploradores, mas das políticas públicas ou dos próprios explorados. Pessoas que parecem desconhecer o abismo

da desigualdade social no país e nossa história. Os números refletem esta realidade – dos resgatados em trabalho escravo no Brasil em 2022, 83% se autodeclararam negros e mais da metade era proveniente do Nordeste.

É fundamental punir os responsáveis, envolvidos direta ou indiretamente no caso da Serra, seja por omissão, conivência ou conveniência. Mas é necessária também uma reflexão profunda sobre a precarização das relações de trabalho, a desigualdade social e os preconceitos envolvidos. Temos muito a evoluir para nos libertarmos do racismo, da xenofobia e de outros valores de um passado escravocrata. O sindicato, ciente desta realidade e preocupado com todas as formas de preconceito, criou no ano passado o grupo Diversity Sintergs. E, neste ano, lançou uma campanha de conscientização, reforçando que discurso de ódio não tem espaço no sindicato. Que possamos contribuir nesta mudança, junto aos servidores públicos e à sociedade no combate a todas as práticas discriminatórias. ■



## REPRESENTATIVIDADE

# Marcha Independente Zumbi e Dandara reúne 2 mil pessoas

Cerca de duas mil pessoas participaram da Marcha Independente Zumbi e Dandara, realizada em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, em Porto Alegre. O ato saiu do Largo Zumbi dos Palmares em direção à Praça dos Tambores, próximo ao Gasômetro. Na concentração e ao longo do trajeto, foram realizadas várias apresentações culturais, como capoeira e rappers.

A atividade foi marcada pela fala de lideranças de entidades do movimento negro, social e sindical. Parlamentares e representantes das religiões de matriz africana também se manifestaram. Marcaram presença na



Foto: Juliana Campani/Sinjus

Lideranças do movimento negro e sindical participaram da atividade

marcha a diretora do Sintergs, Angela Antunes, o diretor do sindicato, Daniel Lima Gonzaga, e o secretário de organização social da CTB/RS, Eder Pereira.

“É fundamental a participação do movimento sindical e dos movimentos sociais junto com

o movimento negro na luta antirracista. E não só no mês de novembro, mas com ações permanentes ao longo de todo o ano. Viva a luta de Zumbi, viva Dandara, viva a luta do povo negro”, manifestou Angela, que falou pelo Sintergs e pela CTB.

## Ato do Dia da Mulher reuniu centenas de pessoas na Capital

No Dia Internacional da Mulher (8 de março), um ato unificado marcou a luta das mulheres em Porto Alegre. O Sintergs e outros sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais marcaram presença na tradicional marcha, que reuniu centenas de pessoas. A caminhada saiu da Esquina Democrática e foi até o Largo Zumbi dos Palmares. "Precisamos barrar o fascismo, o racismo, o machismo e todas as formas de opressão e de violência contra as mulheres. A nossa luta pela vida e pelos direitos das mulheres é cotidiana", disse a diretora do sindicato Angela



Foto: Fabi Dutra

Concentração foi na Esquina Democrática

Antunes, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

## REPRESENTATIVIDADE

# Relatos, poesia e história: encontro promove reflexões sobre racismo

Uma noite de reflexões sobre oportunidades desiguais e limitações da ascensão das pessoas negras. Assim foi a roda de conversa *Mulheres negras, racismo e saúde mental*, promovida pelo Sintergs em 23 de novembro do ano passado. Mais de 30 pessoas prestigiaram a fala das convidadas, que relacionaram situações cotidianas com história e literatura. A atividade marcou o Dia da Consciência Negra (20/11) e integrou o calendário do Novembro Antirracista Unificado, construído por mais de 40 entidades.

“Queremos o direito do bem viver, porque nós, que estamos aqui, somos sobreviventes”, disse Lúcia Regina Brito Pereira, mestra e doutora em História. Professora aposentada da rede estadual e municipal de Porto Alegre, apresentou mulheres negras que são referências em diversas áreas.

Malvina Beatris Souza, assistente social e militante de políticas públicas, fez um relato sobre a atuação das mulheres negras no território da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre. “No lugar onde havia um campo de futebol foi construída uma casa prisional”, lamentou Malvina. Sócia fundadora da Associação de Mulheres Solidárias da Grande



Foto: Bruna Karpinski

Roda de conversa foi promovida pelo sindicato em alusão ao 20 de novembro

Cruzeiro e presidenta da União de Vilas da Grande Cruzeiro, falou sobre o desafio de distribuir alimentos para mais de 300 famílias na pandemia.

Entre uma fala e outra, a poetisa Ana dos Santos fez intervenções artísticas. “O racismo furou o isolamento social. Saia da sua bolha branca. Vidas negras importam. Eu não consigo respirar, eu não consigo respirar, porque o vírus do racismo contaminou toda a minha vida”, declamou Ana, professora de Literatura Brasileira e mestra em Estudos Literários Aplicados – Letras.

Servidora na Secretaria Estadual da Saúde, a psicóloga Tatiane

Oliveira falou sobre a importância de romper com o silêncio. “Um dos mecanismos de perpetuação do racismo é não falar sobre isso”, alertou a colega, que atua no Programa de Saúde do Servidor (PROSER), sobre a violência racista e suas engrenagens.

Angela Antunes, diretora do Sintergs, fez a mediação da roda de conversa e lembrou que apenas 3% dos servidores públicos estaduais de nível superior se declara negro, segundo pesquisa realizada pela PUCRS junto à base do sindicato. A dirigente ressaltou a necessidade de discutir a representatividade dentro dos sindicatos.

# Literatura antirracista: confira dicas de obras brasileiras

Nas duas últimas décadas, os leitores e as editoras viram crescer o número de obras de autores negros. Este movimento ocorreu em paralelo a outros dois marcos: a inclusão obrigatória da história e da cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino e a inserção do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) no calendário escolar (lei 10.639/2003).

Passados 20 anos, livrarias, bibliotecas e feiras de livros ampliaram o número de títulos ofertados. São centenas de opções, desde ficção, passando por biografias, até obras mais didáticas e instrutivas. Além da representatividade, esta mudança de para-



Foto: Bruna Karpinski

Curadoria é de Lourivaldo Junior, ativista do movimento negro

digma na literatura tem ajudado a trazer consciência sobre o racismo estrutural, contribuindo na luta diária contra o preconceito. Afinal, são séculos de uma história que foi invisibilizada e agora é contada nas escolas e na literatura.

“A leitura antirracista nos ajuda a conhecer o mundo por outra ótica, porque dificilmente a pessoa não negra tem contato com esse mundo. A literatura nos ajuda a vivenciar situações que ocorrem no cotidiano da pessoa negra e a ter empatia com o outro. Seja ficcional ou real, esses livros têm o papel de nos ensinar um pouco a dor do outro”, explica o estudante de Direito e ativista do movimento negro Lourivaldo Junior, auxiliar administrativo do Sintergs.

Junior preparou uma lista com indicações que ajudam a navegar neste universo literário plural. Confira, abaixo, nove sugestões de livros:

|  |  |  |   |  |  |
|--|--|--|---|--|--|
|  | <p><b>Racismo recreativo</b><br/>(Adilson José Moreira)</p>  |  | <p><b>Torto Arado</b><br/>(Itamar Vieira Junior)</p>          |  | <p><b>Intolerância religiosa</b><br/>(Sidnei Barreto Nogueira)</p> |
|  | <p><b>Pequeno Manual Antirracista</b><br/>(Djamilia Ribeiro)</p>                                   |  | <p><b>Quarto de despejo</b><br/>(Carolina Maria de Jesus)</p> |  | <p><b>O Averso da Pele</b><br/>(Jeferson Tenório)</p>              |
|  | <p><b>De bala em prosa - Vozes da resistência ao genocídio negro</b><br/>(construção coletiva)</p> |  | <p><b>Cotas raciais</b><br/>(Livia Sant'anna Vaz)</p>         |  | <p><b>Amoras</b><br/>(Emicida)</p>                                 |

Fotos: Divulgação

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Valdir Fiorentin**

*Diretor de Comunicação*

## Colapso na gestão do governo Eduardo

O Rio Grande do Sul completou dois ciclos políticos consecutivos com uma dinâmica neoliberal, muito defendida por setores empresariais brasileiros. Os governos Sartori e Leite focaram exclusivamente nas privatizações de serviços públicos e no ataque brutal aos trabalhadores que prestam serviços à sociedade, como professores, policiais, servidores da Saúde e demais trabalhadores das secretarias que planejam, fiscalizam e executam os serviços públicos que são prestados à população.

As narrativas ideológicas expressas pelo Eduardo estão finamente alinhadas aos ideais pronunciados pelos CEOs de empresas da indústria criativa, startups, empresas de tecnologia que se apresentam como o futuro do trabalho no presente. Mas imagine a seguinte

situação: um CEO de uma empresa com 180 mil trabalhadores estabelece uma perda de 60% na renda dos seus funcionários e esse mesmo CEO acredita que essa estratégia vai melhorar o desempenho da corporação que está sob seu comando. Parece piada, mas é isso que aconteceu no RS nos últimos oito anos. O paradoxo é que esta destruição das relações de trabalho no setor público é anunciada como modernização do Estado. Vale tudo pela eficiência, inclusive não fazer nada.

O resultado chegou, os indicadores educacionais do nosso Estado estão em queda livre, o que é uma vergonha, e colocam em xeque o futuro da nossa sociedade. A capacidade executiva do governo é catastrófica, não consegue sequer manter a manutenção dos prédios públicos em dia, depreciando o patrimônio do povo gaúcho.

Os projetos apresentados se resumem a um *powerpoint* bem editado, com ótimas ideias que não são executadas por carência de trabalhadores. A fuga de cérebros é alarmante, sistematicamente servidores qualificados saem do Estado por falta de perspectiva ou fazem concurso em órgãos da Justiça, que têm salários superiores aos aplicados no Executivo.

Já se passaram 100 dias do governo Eduardo. Neste período, governador, vice-governador, secretários, CCs e FGs receberam significativos reajustes salariais, como reconhecimento da perda inflacionária, porém, os demais servidores ainda não tiveram a sinalização de algum projeto que melhore suas condições financeiras. Apenas com uma verdadeira valorização salarial o governo poderá desenvolver os servidores e o Estado. ■

## COMUNICAÇÃO

# Lançada segunda edição do concurso de jornalismo



Jornalistas, fotógrafos e estudantes já podem selecionar os trabalhos para participar do 2º Prêmio Sintergs de Jornalismo. O período de publicação das matérias e fotografias para concorrer ao concurso começou em 1º de abril de 2022 e vai até 16 de outubro de 2023. “Lançamos esta segunda edição como forma de reforçar nosso compromisso em valorizar os profissionais da

imprensa e de estimular jornalistas e estudantes a conhecerem a realidade do serviço público estadual”, explica Valdir Bandeira Fiorentin, diretor de Comunicação do sindicato.

As inscrições para o 2º Prêmio Sintergs de Jornalismo estarão abertas entre 1º de setembro e 16 de outubro de 2023. Serão agraciados trabalhos jornalísticos nas categorias Impresso

(jornal/revista), Eletrônico (rádio/TV/podcast), On-line (sites de notícias), Fotografia (site, revista ou jornal) e Estudantes, que é novidade este ano. Participam da comissão julgadora o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS (Sindjors), a Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (Arforc-RS).

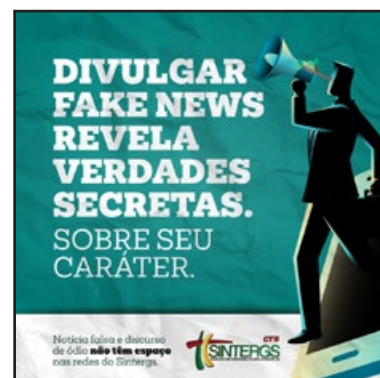
## Sindicato repudia atos contra o Estado Democrático de Direito

O Sintergs lançou nota de repúdio à invasão e depredação do patrimônio público e contra o Estado Democrático de Direito, perpetrado por terroristas, extremistas e golpistas em 8 de janeiro de 2023. No texto, o sindicato reforçou que, além do prejuízo causado ao patrimônio econômico e cultural, os atos procuraram atingir as instituições republicanas, a democracia e a reputação do País frente à comunidade das nações.

## Sintergs lança campanha contra fake news e discurso de ódio

O Sintergs lançou em março deste ano uma campanha contra a disseminação de informações falsas e discurso de ódio nas redes sociais. Com objetivo de alertar seus associados, o sindicato reforça o seu compromisso com a ética e a verdade. A partir da campanha, o sindicato passou a moderar os comentários ofensivos e com informações não verdadeiras em suas páginas nas redes sociais. Quando necessário, tomará providências administrativas e judiciais.

“O combate às fake news e ao discurso de ódio é uma tarefa de toda a sociedade e o sindicato não poderia se isentar do combate a informações falsas”, afirma Valdir Bandeira Fiorentin,



diretor de Comunicação do Sintergs. O dirigente explica que o incentivo ao trabalho jornalístico sério e de qualidade motivou o lançamento do Prêmio Sintergs de Jornalismo, que está em sua segunda edição e tem como objetivo estimular a produção de reportagens sobre o serviço público e os servidores.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Nelcir André Varnier**  
Diretor de Assuntos  
Regionais e Setoriais

Grande parte dos servidores públicos estaduais do Rio Grande do Sul está com menos de dois terços do seu poder de compra em relação ao ano de 2014, conforme a inflação de mais de 60% de lá para cá, recebeu salários com atrasos, sofreu retiradas de direitos, trabalhou na pandemia, ganhou mais trabalho e, ainda, os aposentados passaram a receber menos com o aumento de um desconto imoral e ilegal sobre suas aposentadorias.

O atual governo, reeleito, fala para os quatro cantos possíveis que conseguiu pagar as contas e ter superávit em 2022. Mas omite como fez isso. Em grande parte foi com o dinheiro dos outros, dos trabalhadores e aposentados. Essa é a boa gestão garganteada pelo governador Eduardo Leite às custas de outros, em detrimento de terceiros. E, para completar a falta de vergonha na cara, o governador aumentou em 32% seu próprio salário e 47% os dos secretários e do vice-governador, além dos

## Dor de Barriga

6% já recebidos em 2022 – uma gestão em causa própria. É, sem sombra de dúvida, uma grande façanha.

Desde o primeiro mandato do governador Eduardo Leite os servidores de nível superior ativos e aposentados, Analistas, Especialistas e Extranumerários, pleiteiam recomposição das suas remunerações e reestruturações das suas carreiras, entre outras pautas importantes a serem corrigidas. No entanto, o diálogo com o governo se apresentou como uma peça teatral infrutífera que vem se arrastando – e, quando alguma proposta surge, é consequência de um auto monólogo –, para não dizer autoritária, visto que ignora e desrespeita a constituição do estado, além de falsear a democracia. Ele é um legítimo ditador disfarçado, assim como todo seu governo, infelizmente.

As diferenças das remunerações entre servidores com mesma profissão dentro do estado sempre foram um problema para a gestão. A padronização da remuneração por meio de reestruturações pontuais e uma data-base permanente seria uma solução eficaz, resolvendo de vez grande parte dos problemas de gestão de pessoal, do custeio do sistema de saúde IPE, auxiliaria ser-

viços do SUS para população, motivaria servidores, traria equilíbrio, organização e estabilidade para o estado. Seria uma mudança de rumos e exemplo para o Brasil. Porém essa obviedade é invisível aos olhos do governo.

O governador e vice-governador experimentaram emoções muito fortes nas eleições, conseguiram derrotar o oponente no segundo turno por causa de uma mobilização, na sua grande maioria, de servidores públicos de todas as esferas e poderes. Apesar de terem sido ignorados durante o mandato do governador, os servidores estaduais fizeram a diferença em favor dele. Foi uma escolha do menos pior. Por um lado o candidato Onix Lorenzoni, que era signatário de Bolsonaro e, portanto, da PEC 32 (reforma administrativa), que acabava com os servidores públicos ativos e aposentados, e, por outro lado, o Eduardo Leite, que já resumi acima a sua gestão, ambos com suas ambições cunhadas por uma lógica de estado idêntica ou, no mínimo, muito parecida.

Eles perceberam as dificuldades nas eleições por conta dos reflexos da gestão e suas posições. Eduardo e Gabriel (vice-governador) “passaram com

as calças nas mãos". As aspirações ficaram explícitas, inclusive de quem estava de fora: Eduardo quer ser presidente do Brasil, Gabriel Souza, governador do RS e seu correligionário Sebastião Melo, atual prefeito de Porto Alegre, apoiou o Onix. Essa atitude de Melo pode ser interpretada por motivos de relações do município com o poder federal, mas seria muito arriscado com prognósticos desfavoráveis que poderia ocorrer para Melo, e ocorreu. Porém arrisco outra interpretação, disputa interna no partido e, caso a chapa do Onix ganhasse, Melo teria ambiente melhor para se alçar ao governo do estado. O momento, caso haja uma mínima consciência e reconhecimento dos vencedores, é de governar para todos e resgatar aqueles eleitores que ajudaram no resultado das urnas – os servidores públicos.

Urge corrigir erros, leis, decisões inócuas, fazer história boa e novas façanhas positivas. Exemplos temos de sobra: corrigir a carga horária na Secretaria da Saúde; data-base; diárias compatíveis; chefias profissionalizadas e qualificadas (temos de sobra nos quadros de servidores); valorização dos servidores; entre outros.

Mas ainda temos esperanças, os motivos estão a nossa vista, as ambições, anseios e dificuldades na última eleição podem mudar e melhorar qualquer um. É tempo de corrigir os rumos da gestão, é hora de acertar. Os servidores públicos estão esperando há muito tempo. E se serve de conselho, principalmente para os mais jovens, dor de barriga dá mais de uma vez. ■

## NOTAS

### **Diretora toma posse no Conselho da Mulher pela CTB**

A diretora do Sintergs Angela Antunes tomou posse em março de 2023 como conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). No mesmo dia, as conselheiras se reuniram e elegeram a diretoria. “Vamos cobrar e fiscalizar o governo do Estado para que, de fato, sejam retomadas as políticas públicas para as mulheres e combatida a violência de gênero”, afirma Angela.

### **Vice-presidente segue no Conselho do IPE Saúde**

O 2º vice-presidente do Sintergs, Danilo Luiz Chiaradia Krause, foi reconduzido ao Conselho de Administração do IPE Saúde para o biênio 2022. O dirigente assumiu como suplente, representando a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública. A posse foi em outubro de 2022. “Queremos pagar todos os atrasados para os prestadores de serviço”, disse Krause, manifestando preocupação com a manutenção dos atendimentos aos servidores públicos.

### **Diretora do Sintergs participa de reunião com o ministro da Previdência**

Representantes do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto MOSAP), incluindo a diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde do Sintergs, Raquel Fiori, se reuniram com o ministro da Previdência, Carlos Lupi. O encontro, que ocorreu no dia 18 de abril, em Brasília, teve como objetivo buscar o apoio do ministro para a aprovação da PEC 555/2006, que extingue a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas. “Necessitamos o fim da taxação para todos os aposentados e pensionistas, pois este dinheiro auxiliará nos cuidados necessários à saúde e na qualidade de vida dos mesmos”, relata Raquel.

FAÇA PARTE  
DESSA IDEIA!

FUNDAÇÃO  
**NHANDÉ  
KUEIRI**

ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E  
QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO | RS

Participe dos próximos encontros do curso  
**Formação Política: Auto-emancipação e  
autonomia intelectual dos trabalhadores,**  
promovido pela Fundação Nhandé Kueri.  
**Informações pelo WhatsApp (51) 99749.2239**


Direção SINTERGS (Gestão 2020/2023):

**Antonio Augusto Rosa Medeiros** - Diretor-Presidente  
**Elpídio Jacques de Borba** - Diretor 1º Vice-Presidente  
**Danilo Luiz Krause** - Diretor 2º Vice-Presidente  
**Angela Antunes de Souza** - Diretora 1º Secretária  
**Joanes Machado da Rosa** - Diretor 2º Secretário  
**Daniel Lima Gonzaga** - Diretor Financeiro  
**Francisco Menegat** - Diretor Financeiro Adjunto  
**Guilherme Toniolo** - Diretor de Política Salarial  
**Humberto Perilo** - Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica  
**Valdir Bandeira Fiorentin** - Diretor de Comunicação  
**Nelcir André Varnier** - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais  
**Raquel Fiori** - Diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde



 /sintergs.com.br

 @sintergs

 @real\_sintergs

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS  
| Fone: 51 3025.0011 | [sintergs@sintergs.com.br](mailto:sintergs@sintergs.com.br)

[www.sintergs.org.br](http://www.sintergs.org.br)

**Coordenação:** Valdir Bandeira Fiorentin

**Edição e Textos:** Bruna Karpinski e Karen Viscardi

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Agência Bongô

**Tiragem:** 7.000 exemplares